

Japão ajuda país que deve

Em vez de restringir o acesso dos países devedores a novos empréstimos no mercado internacional, esses ajustamentos têm sido geralmente acompanhados de novas e generosas injeções de dólares. Exemplo disso foi o anúncio do governo japonês no mês passado de que destinará 20 bilhões de dólares às nações devedoras, especialmente da América Latina, por meio de créditos de exportação não vinculados, maiores contribuições aos bancos internacionais de desenvolvimento e operações de crédito financiadas conjuntamente por governos e instituições privadas. Na quinta-feira, o Ministério do Exterior do Japão detalhou a forma como os 20 bilhões serão distribuídos, deixando claro que o plano anunciado pelo ministro das Finanças, Shintaro Abe, está sendo gradualmente executado.

Para desfazer temores de que os bancos privados que aumentarem suas reservas vão parar de destinar novos recursos aos países endividados da América Latina, o Citicorp deixou claro, na sexta-feira, que o oposto é a verdade. "Nós somos o primeiro grande banco a aderir ao pacote da Argentina. Nesta semana já informamos ao governo Alfonsín que seremos os primeiros a contribuir com recursos novos para aquele país", disse um porta-voz daquele banco.

William Cline, do instituto de Economia Internacional, um dos maiores estudiosos do problema da dívida externa latino-americana, adverte, contudo, que essas novas oportunidades que estão se abrindo aos países devedores têm uma condição: "Os que quiserem se beneficiar delas precisam adotar políticas econômicas sensatas"

Ele explica que, como os bancos não estão no setor de caridade internacional, estão dispostos a fazer concessões indispensáveis para preservar o máximo possível de seu capital e de seus lucros. "Não teria sentido eles descontarem empréstimos, reduzirem juros, concederem prazos mais longos, se não tivessem garantias de que a parte que não descontarem será recebida". Tanto os credores comerciais do Brasil quanto organismos como o FMI e o Banco Mundial vêm insistindo na necessidade de rigor no combate à inflação, aos déficits orçamentários, em desvalorizações cambiais mais agressivas para devolver competitividade às exportações do país. "Se o Brasil demonstrar empenho na perseguição dessas metas, as oportunidades para o Brasil continuarão amplas", afirma Norman Bailey. (RG)